

MIGRAÇÕES NO BRASIL COLONIAL: uma proposta de classificação

*Maria Luiza Marcílio **

Introdução

Para a ciência demográfica o terceiro fator (depois da fecundidade e da mortalidade) que afeta a mudança de uma população em determinada época e a migração. No Brasil tradicional, até o final do século XIX, ele foi certamente o primeiro fator demográfico de mudanças e de aumento de sua população. Este fenômeno é o de mais difícil análise e quantificação sistemática, em qualquer época e em quase todas as regiões da terra.

As dificuldades começam mesmo pela própria definição do migrante e da migração. Não existe uma definição universalmente aceita de migração. As Nações Unidas em seu Multilingual Demographic Dictionary definiu-a como uma forma de mobilidade espacial, entre uma unidade geográfica e outra, envolvendo uma mudança permanente de residência. Migração interna neste caso seria a mobilidade residencial de uma unidade para outra, dentro de um mesmo País. Tal definição exclui, não apenas os andarilhos e populações nômades, mas também as migrações sazonais e os movimentos de ida e vinda de pessoas com mais de uma residência, visitantes e outros, pois estes não mudam de suas residências usuais.

Na prática, e muito difícil distinguir certos casos limites, se são ou não movimentos migratórios. O próprio migrante nem sempre está seguro de suas intenções. Mesmo quando muda de residência, ele pode estar acalentando o desejo de retornar ao local de origem.

Adotaremos aqui o critério de considerar migração os casos em que ocorrem mudanças permanentes de residência usual entre duas unidades geográficas especificamente definidas, mas classificaremos também os casos de migrações temporárias e sazonais.

Para fins demográficos, dois grandes tipos de migração são identificados: a internacional e a interna (dentro dos limites de um país). Nem mesmo esta distinção, como se infere, está inteiramente determinada, pois há divergências quando se considera, por exemplo, territórios dependentes ou colônias. Os deslocamentos de população de uma colônia para outra, ou da Metrópole para uma colônia podem ser considerados como migração interna? Ou como internacional? Consideraremos aqui toda migração vinda de fora do Brasil como migração internacional.

Ao lado da definição, outra dificuldade surge quando se busca estudar os fenômenos migratórios. Trata-se da disponibilidade de dados de base para sua fundamentação.

Comumente, os dados disponíveis para o estudo das migrações internacionais são as estatísticas de passageiros, de passaportes; são os recenseamentos com informações sobre o local de

* Professor a Titular da Universidade de S. Paulo

Diretora do CEDHAL (Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina)-USP
LPH / Revista de Historia, 1:36-45,1990

nascimento e as estatísticas de registros de população. Para as migrações internas, os dados mais utilizados são os recenseamentos e as estatísticas vitais de nascimento, casamento e óbito.

Para o Brasil colonial não são conhecidas listas de passageiros, de passaportes ou de licenças do Conselho Ultramarino Português para a vinda de indivíduos ou de grupos para o Brasil. Podemos, pois estudar essas migrações internacionais através de recenseamentos, que só foram realizados após os anos de 1760 ou através de livros de registros de batismos, casamentos ou óbitos das antigas paróquias. No entanto, estas séries não estão bem conservadas, são cheias de lacunas e cobrem melhor os anos finais da época colonial.

Uma última dificuldade que se apresenta para o estudo das migrações antigas diz respeito às técnicas para medir ou estimar esses movimentos. As mais utilizadas são as diretas e as indiretas. Os métodos diretos são os que partem de dados que indicam os movimentos dos migrantes; os indiretos envolvem estimativas inferidas da diferença entre as mudanças observadas na população, entre duas datas, com a mudança devida ao crescimento natural da população. Ambas apresentam grandes dificuldades de emprego para o período colonial, devido à falta de dados apropriados.

Neste trabalho, queremos propor a discussão uma tipologia ou classificação geral das diferentes correntes migratórias internacionais que convergiram para o Brasil e dos diferentes movimentos migratórios internos. Trata-se, no entanto, de um trabalho preliminar.

Esperamos que este estudo, de caráter mais metodológico que prático, possa ser útil aos interessados na pesquisa dos movimentos migratórios do passado colonial brasileiro.

Com a descoberta pelos Portugueses, em 1500, do território hoje denominado Brasil, começou um processo sistemático e contínuo de invasão pro europeus, seguido do movimento de transferência em massa de populações do continente africano para serem escravizadas.

A população indígena inicial - estimada, conforme os autores, entre 1,5 milhão e 5 milhões de habitantes - foi sendo sistematicamente exterminada e gradativamente foi perdendo suas terras. Os índios que vão sobrevivendo ao genocídio ao longo dos três séculos têm praticamente duas opções: ou refugiarem-se cada vez mais para o interior das terras, tentando guardar sua identidade e autonomia, ou submeterem-se aos invasores, e mesmo mesclando-se a eles, transformando-se neste caso em segmentos inferiores, subalternos e mesmo escravos.

Nestas condições o estoque inicial indígena vai diminuindo de forma sistemática e acelerada.

São assim, as migrações internacionais constantes que permitiram o aumento da população brasileira, que chega a ter aproximadamente 4 milhões de habitantes no ano de sua independência (1822). Por sua vez, os deslocamentos internos da população possibilitaram a ocupação e posse do vasto território que hoje constitui a nação brasileira.

Tentaremos aqui distinguir os vários tipos de deslocamentos de populações para o Brasil, para em seguida classificarmos os movimentos espaciais dentro do território brasileiro nos três primeiros séculos de colonização.

As migrações internacionais podem ser distinguidas, quanto ao número e continuidade dos fluxos, em migrações internacionais de massa ou de indivíduos e famílias. Podem ao mesmo

tempo ser vistas como migrações temporárias ou permanentes. Por fim, podem ser classificadas em migrações voluntárias, dirigidas e forçadas. Começaremos nossa proposta de classificação pelas migrações internacionais no Brasil colonial.

1. Classificação das Migrações Internacionais: 1500-1822

1.1. Migrações de massa forçadas e permanentes

São as mais simples de serem classificadas. Por outro lado, foram as que mereceram sempre o maior número de estudos, por parte de autores diversos, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto qualitativo. 1

Trata-se da transferência maciça de africanos para o Brasil, para servirem de mão-de-obra escravos, principalmente dirigidos para os trabalhos da grande lavoura de exportação e para as minas de ouro (século XVIII).

Foram migrações seletivas quanto ao sexo, a idade e as etnias, vindo preferencialmente mais homens que mulheres, mais adultos (10-35 anos) que velhos e crianças e principalmente da costa da Mina, Guiné, Angola e por último de Moçambique.

Os dados de base usualmente utilizados para seu estudo tem sido encontrados nos grandes centros europeus que, em diferentes épocas, monopolizaram ou assenhoraram-se do tráfico negreiro para o Brasil. Estes acervos documentais estão particularmente em arquivos portugueses, holandeses, franceses, espanhóis e ingleses e são, em sua maioria, constituídos pelos movimentos de entrada de barcos negreiros nos portos do Brasil. Há também séries de relatórios apresentados aos serviços de colonização da Europa, úteis para o estudo do tráfico negreiro ao Brasil.

As cifras sobre o montante desse movimento variam muito, de autor para autor, de acordo, sobretudo com o tipo de fonte que utilizaram.

É importante lembrar que, durante a época colonial, foi praticamente impossível o retorno de africanos para seus locais de origem, mesmo naqueles casos de negros alforriados.

1.2. Migrações de massa, voluntárias e permanentes com fins de conquista, invasão e colonização

Neste caso inclui-se primeiramente a vinda dos Portugueses da Metrópole.

Nunca foi tentado, de forma sistemática e quantitativa, um estudo abrangente que nos permita avaliar o volume total, ou por séculos e mesmo por regiões, de Portugueses que entraram no Brasil colonial. 2

De resto, até onde sabemos o Conselho Ultramarino Português nunca se preocupou em elaborar listas contínuas de passageiros que vinham para sua principal colônia, o que complica ainda mais qualquer intenção em se estimar o volume dessa imigração na época colonial.

Consideramos também, nesta classificação, os grupos de holandeses que se deslocaram para o Brasil, invadiram áreas de seu território e nele permaneceram, montando engenhos de açúcar, cidades, fazendas de criação e de produção de alimentos, etc. Eles estiveram no recôncavo

baiano apenas um ano (1624-25), mas conseguiram permanecer na capitania de Pernambuco entre 1630-54, quando foram expulsos.

Os franceses também estão aqui classificados. Eles invadiram a ilha de Fernando de Noronha e o Maranhão, ai permanecendo por largo período (1600-1621), antes de serem expulsos. E no século anterior já havia invadido a baía do Rio de Janeiro, ai criando a Franca Antártica com Villegaignon à frente, permanecendo quase doze anos na área (1555-1567).

Tanto no caso da invasão e das migrações holandesas, quanta no da francesa houve intenção expressa dos indivíduos que para cá se transferiram, de permanecer no território conquistado a fim de colonizá-lo em seu proveito e no de suas respectivas Metrôpoles.

Devemos considerar ainda a vinda de indivíduos e de grupos de famílias da Espanha para o Brasil, quer diretamente pelo mar ou indiretamente, através das colônias vizinhas. Este movimento foi mais intenso durante o domínio espanhol sobre Portugal (1580-1640), quando da unificação das duas Coroas, e ainda na segunda metade do século XVIII, em áreas como o Oeste da Capitania de São Paulo, o Sul (nas regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e também no extremo Norte, através da Bacia do Amazonas.

1.3. Migrações internacionais dirigidas e permanentes

Pensamos aqui nas emigrações de casais e indivíduos da Ilha da Madeira e dos Açores realizados durante o período de D. João V, no século XVIII, dirigidas para áreas estratégicas de defesa contra o perigo da ocupação espanhola ou de outros países europeus.

Grupos de Ilhéus foram enviados para o Rio Grande do Sul (Oeste dessa região) e outros para a Ilha de Santa Catarina, disputada pela Coroa da Espanha 3, para o Rio de Janeiro e para o Norte, especialmente para o Pará e Maranhão. Não é fácil estabelecer com precisão o número dos ilhéus que foram dirigidos para essas regiões, entre o período de 1748 e 1752. Os totais que aparecem sempre são de: 1.057 casais, dirigidos dos Açores e Madeira para a Ilha de Santa Catarina, totalizando, com os filhos, 5.960 pessoas; cerca de 4.000 casais assentados no Rio Grande do Sul, e uns 400 a 500 dos Açores para o Para e Maranhão, além de 21 famílias levadas para o Rio de Janeiro.

Esta emigração dirigida foi constituída basicamente por pequenos lavradores pobres que, ao se transferirem para o Brasil, aqui recebiam um pequeno lote de terras, ferramentas e sementes iniciais para se estabelecerem, além de algum dinheiro correspondente ao numero de filhos.

O povoamento que organizaram foi distinto de todos os demais, porque fundado na propriedade familiar e no trabalho livre, na vida em aldeia e na produção de alimentos, além de gozarem de uma relativa autonomia local para assuntos de religião, justiça e autogoverno.

De todos os movimentos de população portuguesa em direção ao Brasil, nos três primeiros séculos de sua história, a emigração de açorianos e de madeirenses é a menos difícil de ser estudada, devido à existência de listas de passageiros e suas famílias, inscritos para virem ao Brasil, controladas eventualmente pelos registros de paróquias ainda conservados, nas áreas para onde foram levados.

Pode-se ainda considerar dentro deste item de classificação das migrações internacionais, e particularmente para o século XVI e início do XVII a vinda de mulheres solteiras, tiradas, sobretudo de orfanatos de Portugal, com a finalidade expressa de servirem de esposas para os primeiros colonos brancos.

1.4. Migrações internacionais dirigidas, temporárias e individuais

Consideramos aqui os deslocamentos para o Brasil de diferentes tipos de agentes coloniais, designados para cargos de administração, ligados ao comércio e a navegação atlânticos e mesmo para missões religiosas (desde Governadores e Capitães Gerais do Brasil e de Capitânicas, Vice-Reis, Ouvidores-Mores, grandes comerciantes e navegadores até missionários). Vinham todos eles para missões de caráter temporário e quase todos sem família.

Podem ser considerados igualmente militares e marinheiros que foram enviados com o objetivo de: expulsar invasores (franceses, holandeses, etc.); exterminar índios bravos e combater revoltas de escravos e para outras finalidades típicas. A quase totalidade deles retornou a seu país de origem, uma vez realizada a ação para a qual foram incumbidos.

2. Classificação das Migrações Internas no Brasil Colonial

Incluem-se aqui os deslocamentos de população dentro do território brasileiro. Elas são as mais difíceis de serem estudadas e só podem ser quantificadas para determinadas fases e para algumas regiões e de forma indireta.

É preciso, antes de tudo, mostrar nossos critérios de classificação e de definição do migrante. Para nossas análises, consideraremos como migrante o indivíduo ou grupos de indivíduos que se mudaram de seu domicílio usual para outro, tomando-se como unidade geográfica menor, a área político-administrativa religiosa de um distrito, ou bairro (rural ou Urbano) ou de uma paróquia. As unidades geográficas sucessivamente maiores serão o município e as Capitânicas. Mesmo dentro desses critérios fica difícil considerar os casos de indivíduos ou grupos domésticos que possuíam dois domicílios habituais; a casa do campo (da fazenda, do sítio ou do engenho) e a casa da cidade (da vila ou da cidade).

Teremos, então, migrações locais (dentro do mesmo município), intra-regionais (entre municípios ou intra-Capitânicas) e inter-regionais (de uma Capitania para outra). São, pois, migrações a curta, média e longa distância.

As mobilidades espaciais internas serão consideradas ainda, segundo os critérios seguintes: voluntárias, dirigidas e forçadas; de massa ou de indivíduos/famílias; e finalmente se foram permanentes ou temporárias.

É preciso ainda não se esquecer que as subdivisões adotadas apresentam, constantemente, desafios e dificuldades ao pesquisador. Sendo o vasto território da colônia uma área em processo de ocupação, os limites das unidades escolhidas, quer no plano local (distritos, bairros, paróquias), quer no plano regional (municípios, capitânicas, dioceses) nem sempre foram precisos. Mais do que esta dificuldade está o fato de estarem esses limites passíveis de

transformações ao longo do período, através dos sucessivos desmembramentos de seus territórios para a criação de unidades novas (distritos, paróquias, municípios e até de capitânicas).

Vejamos, então, os tipos de mobilidade espacial de nossa população, na época colonial, que pudemos detectar.

2.1. Mobilidade espacial de massa ou de indivíduos, forçada e permanente

Incluimos aqui, primeiramente, os movimentos internos de massa, dirigidos pelos agentes coloniais, de transferência forçada de dois grupos de pessoas: os índios e os escravos africanos.

Os índios foram deslocados em massa, através, sobretudo dos seguintes movimentos organizados: as entradas, expedições oficiais de busca do selvagem no interior para sua escravização nas lavouras e as bandeiras, expedições organizadas por particulares com o mesmo fim, ambos mais intensos no século XVI e XVII. Estão neste caso, ainda, as expedições de resgates de índios, particularmente intensas nos rios do Norte do Brasil nos três séculos, e as guerras justas contra o índio rebelde, todas para trazer nativos para servirem de mão-de-obra aos colonos do litoral.

Incluimos ainda o fenômeno do aldeamento de índios, liderado pelos jesuítas, com o fim de concentrá-los em áreas determinadas para tal fim e com o intuito de sua evangelização e civilização.

Todos estes casos são de transferência forçada de massas de população.

Quanto aos africanos, são eles transferidos dos grandes portos e mercado de escravos (notadamente Rio de Janeiro, Salvador da Bahia, Recife e Belém do Pará) para áreas de grande lavoura de exportação, ou mais tarde para as minas de ouro (de Minas Gerais, de Mato Grosso e de Goiás) ou distribuídos pelas famílias poderosas das grandes cidades-portuárias ou em menor escala para áreas da pecuária e da agricultura de alimentos. Servirão, em todos os casos, de mão-de-obra escrava em todos os setores de atividade econômica, da agricultura, aos serviços domésticos, de transporte e outros.

2.2. Mobilidade espacial de indivíduos/famílias, voluntária e permanente a longa distância (inter regional)

Trata-se principalmente da população branca e livre, tanto da categoria dos dominantes como dos subalternos. Incluem-se primeiramente, os movimentos maciços de pessoas de uma região para outra, a fim de ocuparem áreas novamente desbravadas.

Estão nesse tipo as migrações internas para regiões recém-desbravadas ou ocupadas pelos colonizadores, onde a presença de índios hostis impedia o avanço do povoamento (pacificados ou exterminados com as chamadas guerras justas ou guerras de conquista).

Nestas condições foram povoadas terras do litoral ou do sertão do Nordeste, o interior da Capitania de São Paulo, para Oeste e para o Sul (dando origem às novas Capitânicas do Rio

Grande do Sul e Santa Catarina), sem falar nas áreas auríferas, descobertas no início do século XVIII (formando as novas Capitânicas de Minas Gerais, de Mato Grosso e de Goiás).

2.3. Migrações internas intra-regionais, voluntárias e permanentes

Neste tipo estão às migrações de media distância, intra-municipais. Elas se produziram em todo o período colonial, por razões diversas, mas foram mais intensas no século XVIII, o século da grande expansão da população brasileira.

Vejam algumas das razões que estimularam as pessoas a deixarem seu município e se transferirem para outros, geralmente dentro da mesma Capitania:

- a contínua interiorização do povoamento, através do desbravamento de terras novas e o desmembramento de territórios de um mesmo município, para a criação de novos;
- o sistema primitivo da agricultura e da pecuária extensiva, necessitando de deslocamentos constantes da população, em busca de terras novas, não cansadas;
- o sistema de posse e propriedade da terra, aliado ao sistema de casamento e de heranças entre as famílias proprietárias. A tendência a concentração de terras ligada ao sistema de sesmarias foi sendo reforçado ainda por meio de outros mecanismos. Nestes estão incluídos o casamento, ora consanguíneo, ora com forte homogenia social. Tudo, enfim, atrelado aos mecanismos de transmissão do patrimônio fundiário e móvel, devolvendo a propriedade principal a um dos filhos e estimulando a saída dos demais para ocupar terrenos recém-incorporados, ou em terras virgens a serem desbravadas;
- a política iluminista e fisiocrática que caracteriza o sistema colonial português da segunda metade do século XVIII, provocando o aumento da população, a criação de Capitânicas e de municípios novos e ao renascimento agrícola para a exportação;
- o incessante esgotamento das lavras auríferas nas regiões mineiras e a conseqüente busca de áreas novas de mineração, ou o refluxo da população mineira para outros municípios ou para áreas novas de agricultura ou pecuária (como o sul de Minas Gerais, o pantanal matogrossense, o Oeste Paulista, a baixada Fluminense e outras);
- os movimentos de fugas de escravos para a formação de quilombos, geralmente situados não muito longe das regiões onde eles se encontravam anteriormente.

2.4. Migrações internas a curta distancia, voluntarias e permanentes (intra-municipais)

Nesta modalidade encontra-se o tipo mais freqüente de deslocamentos espaciais da população. Esses deslocamentos caracterizam notadamente as áreas de agricultura de subsistência, de criação de gado e os centros urbanos e mineradores (nas culturas de exportação, acreditamos que, embora presente, este tipo de migração foi menor).

É fácil entender que o modo de produção primitivo das áreas dedicadas ao cultivo de alimentos (mandioca, milho e também feijão, arroz, legumes) incluía uma freqüente mobilidade territorial de sua população.

O sistema de cultivo empregado era o da coivara (derrubada da mata e queimada) para o estabelecimento da roça de alimentos. Nestas condições, cada família vivia em seu lote, dentro

da floresta, que era cultivado sistematicamente até sua exaustão (que poderia ocorrer depois de 5 até 20 anos de cultivo no mesmo lugar, dependendo da qualidade do solo). Era preciso, então, buscar outro local para a abertura de nova roça. Essa agricultura primitiva, também conhecida como agricultura itinerante, impunha migrações sucessivas de uma mesma família, ao longo de sua existência. No entanto, essas mudanças efetuavam-se, em geral num circuito relativamente pequeno (a curta distância), e em geral dentro dos limites de um mesmo município ou pouco ultrapassando seus limites. E por estas razões que o pequeno camponês colonial não podia se permitir ao luxo de possuir patrimônios (fundiários ou não), sendo seus pertences reduzidos ao mínimo necessário a sua subsistência (facão, enxada, e em certos casos - machado, arma de fogo, alguma pólvora, e poucos utensílios domésticos). Sua moradia resumia-se em uma tosca casinha de pau-a-pique e sapé e suas vestimentas reduzidas a poucas peças. Com este mínimo patrimônio não ficava difícil seu deslocamento, quando sua roça já não lhe permitia extrair o sustento de seu grupo doméstico. A terra que ia cultivando não era de sua propriedade. O camponês simplesmente ia tomando posse de terras devolutas ou de propriedade de outros, mas não ocupadas. Toda uma cultura popular e típica produziu-se nesse tipo de povoamento e produção.

Nos deslocamentos a pequena distância estavam incluídos também a migração de indivíduos dos extratos dominantes, das áreas de cultivo para exportação. Mais uma vez aqui, igualmente, o sistema de casamento intra grupo social dominante e na mesma família e o sistema de herança da terra, podia estimular a mudança de domicílio de muitos dos filhos dos grandes agricultores.

A mineração no Brasil, tendo sido apenas de ouro de aluvião esgotou-se rapidamente, provocando deslocamentos também a curta distância, quando novos veios de ouro iam sendo descobertos no território de um mesmo município ou de vizinhos.

2.5. Migrações internas temporárias

Classificamos aqui inúmeros tipos de deslocamentos temporários. Lembramos apenas que a noção de tempo aqui empregada é flexível e variada (podendo ser de alguns dias, meses e até anos, sazonal ou não).

Vejamos, concretamente, quais as formas dessas mudanças na época:

- nas áreas de criação de gado (Sul da Capitania paulista, e sertão do Nordeste principalmente) eram efetuados deslocamentos anuais de tropeiros, vaqueiros e peões para levar o gado as grandes feiras de animais (como a de Sorocaba, século XVIII, de Santana na Bahia e outras). Não havia neste caso mudança de domicílio usual, mas ausência sazonal.
- deslocamentos temporários de tropas e companhias de soldados e de milícias para áreas de conflitos (quilombos, regiões de ocupação estrangeiras, como a dos franceses ou dos holandeses, no século XVII), áreas de guerra de extermínio ao índio bravo (como o sertão da Paraíba, século XVII, do literal e sertão de Sergipe, Rio Grande do Norte, no século XVII e tantas outras) e disputa de fronteiras a Coroa de Espanha (no Sul de Santa Catarina até a colônia do Sacramento, século XVIII na Amazônia, em áreas localizadas).

- as expedições de brancos, mestiços e índios pacificados, para a caça ao índio do interior. São as expedições das entradas, das bandeiras (já mencionadas). Incluem também expedições sazonais para atender o abastecimento em gêneros de fora e para transportar as mercadorias coloniais aos portos de embarque. Aqui entram as chamadas monções do século XVIII que partiam da cidade de São Paulo e em seguida de Porto Feliz para, por barcos, chegar às minas de ouro de Mato Grosso. Estão ainda aqui os movimentos dos tropeiros de mulas que traziam o ouro e pedras preciosas das Minas Gerais e de Goiás para o Porto do Rio de Janeiro e levavam para elas, os produtos vindos da Europa e os escravos da África. Os indivíduos envolvidos na direção desses tráficos e movimentos bem como os livres que os auxiliavam, ausentavam-se de seus domicílios habituais por períodos de tempo. Em certos casos, a migração, de temporária, transformava-se em permanente, e as pessoas então iam para não mais voltar.
- as visitas eventuais ou sistemáticas de funcionários reais e de padres e bispos, para inspecionar áreas sob sua jurisdição ou sua responsabilidade.
- o uso de se enviar os filhos jovens para casas de outros parentes, ou conhecidos a fim de aprenderem ofício, ou para estudar em escolas de cidades maiores.
- enfim, não podemos deixar de incluir neste tipo os indivíduos e as famílias que possuíam mais de uma residência fixa. Parte dos grandes fazendeiros e mesmo de proprietários de sítios permaneciam apenas parte do ano em suas propriedades rurais, o resto indo morar em sua casa da cidade. Muitos outros grandes proprietários sequer iam a suas fazendas. Este absentéismo extremo era comum, por exemplo, nas fazendas de gado do sertão de todo Nordeste, onde o vaqueiro e quem tomava conta dos animais, e tratava de levar parte deles, anualmente as grandes feiras, quando prestavam contas dos ganhos aos seus proprietários. Nas áreas de agricultura de subsistência o mais comum- eram os deslocamentos semanais. Os lavradores passavam toda semana cultivando ou cuidando de suas roças e pequenas criações e no fim de semana iam à vila para suas necessidades religiosas, de socialização, para as festas, mas também para os negócios e a vida política local.

Estes seriam os movimentos espaciais da população brasileira que conseguimos identificar e classificar.

Trata-se de uma primeira tentativa nesse sentido, o que não exclui a possibilidade de erros ou equívocos. Portanto, para seu aperfeiçoamento seria de extrema importância receber críticas e sugestões dos interessados. Ela tem a pretensão de ser exaustivo, o que mais uma vez a expõe às críticas.

De qualquer forma, cremos que este esforço não deve ser inútil. Ele poderá servir aos que se dedicam concretamente a análise do fenômeno migratório no Brasil colonial. A tarefa não é nada simples. No entanto, ela precisa ser realizada com urgência, pois aí está a mais importante característica demográfica da população brasileira no período colonial. Pelas migrações de todos os tipos foi possível ocupar a Colônia e garantir a unidade, mesmo depois da Independência, deste vasto território que é o Brasil.

Notas

1. Lembraremos apenas alguns desses estudos. MALHEIROS, P. A escravidão no Brasil, 2 vols. R. Janeiro, Typographia Nacional, 1866; GOULART, M. A escravidão africana no Brasil, 3 ed. S. Paulo Alfa-ômega, 1975; RAMOS, A. O negro na civilização brasileira. R. Janeiro, Liv. Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1971; VERGER, P. Flux et reflux de la traite des negres entre le golfe de Benin et Bahia de Todos os Santos, Paris, Mouton, 1948; As companhias pombalinas de navegação, comércio & tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro. Lisboa, 1969; CURTIN, P. D. The Atlantic Slave Trade. A Census. Madison, Univ. os Wisconsin Press, 1969; KLEIN, H. The Middle Passage. Princeton University Press, 1978. A obra de CURTIN é a mais abrangente no tempo e espaço, com estimativas globais de entrada de escravos africanos no Brasil.
2. Ver sobre este item e o anterior - MARCILIO, M. L. The population of colonial Brazil: In: BETHELL, L. (ed.) The Cambridge History of Latin America V. II, Cambridge Univ. Press, 1984. p. p. 37-66 e MARCILIO, M. L. Evolution Historique de la population brésilienne jusqu'en 1872. In: CICRED. La population du Brasil. Paris, 1974, p. 1-10.
3. Ver principalmente, RAU, V. et alii. Dados sobre a Emigração Madeirense para o Brasil no século XVII. In: Actas. V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Coimbra, 1963. pp. 495-505